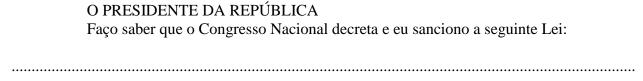
LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.



CAPÍTULO V DA LICITAÇÃO

- Art. 14. Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.
 - Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:
- I o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado; (*Inciso com redação dada pela Lei nº* 9.648, *de* 27/5/1998)
- II a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão; (*Inciso com redação dada pela Lei nº* 9.648, *de* 27/5/1998)
- III a combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos I, II e VII; (*Inciso com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998*)
- IV melhor proposta técnica, com preço fixado no edital; (*Inciso acrescido pela Lei* nº 9.648, de 27/5/1998)
- V melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica; (*Inciso acrescido pela Lei nº 9.648, de* 27/5/1998)
- VI melhor proposta em razão da combinação dos critérios de maior oferta pela outorga da concessão com o de melhor técnica; ou (*Inciso acrescido pela Lei nº 9.648*, *de* 27/5/1998)
- VII melhor oferta de pagamento pela outorga após qualificação de propostas técnicas. (*Inciso acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998*)
- § 1º A aplicação do critério previsto no inciso III só será admitida quando previamente estabelecida no edital de licitação, inclusive com regras e fórmulas precisas para avaliação econômico-financeira. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº* 9.648, de 27/5/1998)
- § 2º Para fins de aplicação do disposto nos incisos IV, V, VI e VII, o edital de licitação conterá parâmetros e exigências para formulação de propostas técnicas. (*Parágrafo com redação dada pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998*)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS – CEDI Seção de Legislação Citada - SELEC

§ 3° O poder concedente recusará propostas manifestamente inexequíveis ou
financeiramente incompatíveis com os objetivos da licitação. (Parágrafo com redação dada pela
<u>Lei nº 9.648, de 27/5/1998)</u>
§ 4º Em igualdade de condições, será dada preferência à proposta apresentada por
empresa brasileira. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 9.648, de 27/5/1998)